



O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: produtivismo acadêmico, intensificação e precarização

Laurimar de Matos Farias¹
Andre Rodrigues Guimarães²

Resumo

No texto analisamos três elementos centrais (produtivismo acadêmico, intensificação e precarização) da reconfiguração do trabalho docente universitário no contexto da contrarreforma da educação superior brasileira. Com base em produções bibliográficas sobre a temática discutimos conceitualmente tais categorias. Entendemos que a expansão privado-mercantil da educação superior, desencadeado nos anos 1990 no Brasil, interfere negativamente no trabalho dos professores desse nível educacional. Tal processo implica, entre outras questões, na exigência e controle externo da produtividade docente, além da intensificação e precarização de seu trabalho.

Palavras-chave: Trabalho docente. Produtivismo acadêmico. Intensificação. Precarização.

Abstract

In the text we analyze three central elements (academic productivism, intensification and casualization) the reconfiguration of university teaching in the context of Contrarreforma Brazilian higher education. Based on literature production on the theme discussed conceptually those categories. We believe that expanding private-market of higher education, initiated in the 1990s in Brazil, negatively affecting the work of teachers of educational level. This process involves, among other issues, on demand and

¹Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: laurimatos72@yahoo.com.br

²Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA).



external control of teacher productivity, as well as intensification and casualization of work. **Keywords:** Teacher work. Academic productivism. intensification. Precariousness.

1 INTRODUÇÃO

Desde a última década do século XX, especialmente com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), em 1995, por Fernando Henrique Cardoso (FHC), é implementado no Brasil reformas de cunho neoliberal. Para a educação o marco desse processo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), N. 9.394/1996. No caso da educação superior essa Lei e outras ações desencadeadas enfatizam a adequação de tal nível formativo aos princípios privado-mercantis. Fundamentada nas orientações de organismos internacionais, em especial as emanadas pelo Banco Mundial, a educação superior é concebida enquanto serviço não-exclusivo do Estado, devendo está submetida às leis e interesses do mercado.

Assim, presenciamos, desde então, a ampliação das instituições e matrículas privadas e a introdução de mecanismos mercantis nas instituições públicas. Em síntese, paulatinamente, a noção da “universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando com uma semimercadoria no quase-mercado educacional está cada vez mais presente no discurso e nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior” (SGUISSARDI, 2005, p. 215). Tal processo impõe modificações no trabalho dos professores da educação superior. Entre outras questões, para esses trabalhadores isso implica em aumento da produtividade, com a intensificação do trabalho em condições precárias.

É nesse contexto que o trabalhador docente tem exercido suas atividades, tanto no sentido cobrado pela sociedade, de balizamento dos seus ensinamentos em sala de aula às atuais demandas do capitalismo, como nas suas condições de trabalho e, também, na exigência de níveis mais elevados de qualificação. Assim, o docente também vem sendo muito afetado pelo ritmo acelerado das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que inclui o aumento de exigências em relação à sua qualificação e competência, assim como à flexibilização de suas atividades



com o decorrente incremento do número de tarefas a serem realizadas. (LÉDA, 2006, p. 7).

Assim sendo, neste artigo, temos o objetivo de analisar três categorias centrais em tal contexto: produtivismo acadêmico, intensificação e precarização do trabalho docente na educação superior. Tal discussão conceitual é fundamental para a compreensão das mudanças em curso e, principalmente, para o necessário enfrentamento a tal processo.

2 PRODUTIVISMO ACADÊMICO

A universidade pública brasileira experimenta uma redefinição da sua função social. O processo de privatização do conhecimento, a partir da racionalidade do mercado neoliberal, aproxima este ente público do mercado, trazendo uma conotação empresarial, segundo a qual “a qualidade foi substituída pela produtividade e o saber pelo custo/benefício” (RODRIGUEZ; MARTINS, 2005, p. 50). Assim, o produtivismo acadêmico, presente especialmente nas instituições de ensino superior públicas, é resultado das políticas mercantilistas, que negam a educação superior enquanto direito social e concebem-na como mercadoria.

Essa lógica exige, crescentemente, o aumento da produtividade dos professores que atuam em tais instituições. Tal controle é exercido a partir do estabelecimento de processos avaliativos, em geral externos: pauta-se, geralmente, pela valorização do produto, prestigiando o quantitativo, numa prática avaliativa que se funda na lógica fabril. Dessa forma, a avaliação controla a produção aligeirada com foco nos resultados quantitativos: busca o efficientismo, o empreendedorismo e a competitividade. Nessa dinâmica, o docente do ensino superior insere-se num contexto de transformação de seu trabalho: um sistema acadêmico competitivo, no âmbito do qual “o sentido de produção incorpora o produtivismo, o que quer dizer a valorização da produção docente é fundamentada em determinados atributos, dos quais a quantificação é a base.” (SILVA, 2008, p. 26).

Tal processo, afeta principalmente os professores que atuam na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com controle avaliativo da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A dependência imposta pelas políticas elaboradas por essa Agência fundamenta-se atualmente num sistema de fomento e



incentivos financeiros que valoriza “a *produtividade* do que o processo de formação e produção tende a gerar neste campo [...] uma cultura de [...] uniformização associada a fenômenos já bastante conhecidos como o produtivismo acadêmico e a competitividade quase-empresarial” (SGUISSARDI, 2008, p. 141).

Algumas ações e estratégias adotadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) vão reforçar o caráter produtivista do trabalho docente na educação superior. A implantação do *Currículo de Plataforma Lattes* é um bom exemplo disto. Este instrumento, criado em agosto de 1999, foi adotado como modelo padrão para o registro das atividades desenvolvidas pelos indivíduos (docentes e outros pesquisadores) que integram a comunidade científica nacional. A centralização dos currículos, neste banco de dados institucional, exige dos profissionais uma atualização periódica e uma produção constante para garantir uma boa pontuação no mercado acadêmico. Para Silva (2008, p.6),

Talvez o Lattes seja a melhor expressão do mercado acadêmico em que se tornou a universidade pública. O Lattes tornou-se uma espécie de instituição avalizadora do *status* acadêmico e foi praticamente sacralizado enquanto referência para decisões que podem afetar a vida docente e discente. Se você não tem Lattes, simplesmente não existe. E não adianta apenas tê-lo, é preciso atualizá-lo. O que está no Lattes é tomado como verdadeiro, e ponto! Não consta do Lattes, não existe.

Assim, o Lattes virou o “passaporte” acadêmico às avessas: “o que vale na vida acadêmica não é o que se publica, mas sim a quantidade do que se publica” (VIEIRA, 2007, p. 33). E na lógica produtivista, o pesquisador/professor envereda pela necessidade de publicar para pontuar: a valoração de seu trabalho e conhecimento é quantitativa. Assim, “a necessidade de ‘pontuar’ transforma a vida acadêmica numa espécie de contabilidade, na qual tudo o que fazemos é quantificado.” (SILVA, 2008, p. 3).

Cabe ressaltamos que o processo de “adesão ao modelo produtivista, pragmático e mercantil pelos professores e orientandos se faz, inicialmente, de certo modo e até certo ponto, de forma deliberada, ou ainda, numa relação dialética entre prazer e sofrimento no trabalho e não numa ruptura entre estes”. (SILVA JR.; SILVA, 2008, p.70). Essa lógica se manifesta em todas as dimensões do trabalho docente. E, para ser produtivo, é fundamental que os professores ampliem e otimizem o tempo de trabalho. Em suma, para responder satisfatoriamente as exigências de produtividade é necessário também intensificar trabalho docente.



3 A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A reestruturação produtiva experimentada pelo capitalismo a partir do último quartel do século XX implicou em mudanças no mundo do trabalho. Conforme elucidada Antunes (1999) amplia-se o espaço do trabalho precário e impõem-se à classe-que-vive-do-trabalho novas exigências e tempos laborais. Esse processo é marcado pelo contexto de desemprego estrutural, subemprego e outras formas de trabalho precário, além da exigência por “mais trabalho” aos sujeitos que conseguem “inserção” no mundo produtivo.

Conforme evidencia Dal Rosso (2008) o mercado de trabalho flexível exige dos trabalhadores a ampliação das suas atividades desenvolvidas, fundamentalmente com o auxílio de novas tecnologias. Exige-se o trabalhador polivalente e versátil, proativo no processo do trabalho, com envolvimento físico, emocional e cognitivo no desempenho de suas funções laborais. Com isso, não apenas a dimensão técnico-instrumental instrumental do trabalhador deve estar subjugada aos interesses produtivos burgueses, mas, centralmente, a sua subjetividade (ALVES, 2011). Esse envolvimento/exploração sustenta-se na intensificação do trabalho: "a condição pela qual requer-se mais esforço físico, intelectual e emocional de quem trabalha com o objetivo de produzir mais resultados (produto), consideradas constantes a jornada, a força de trabalho empregada e as condições técnicas" (DAL ROSSO, 2008, p.42).

Como alerta Mancebo (2011) também o trabalho docente no ensino superior será intensificado em função da reestruturação capitalista. Novas demandas são impostas e assumidas por tais sujeitos que, com o auxílio da internet e outras tecnologias, assumem atividades (como o preenchimento de relatórios, a busca por financiamento de seus projetos e o lançamento de frequência e conceitos on-line) não computadas em seu regime e carga horária de trabalho. Dessa forma, ampliam-se as funções do professor e, por exemplo, atividades antes executadas por trabalhadores técnico-administrativos passam a ser suas:

Muitas funções de competência daquela categoria [técnico-administrativos] foram repassadas para o professor, com ênfase para o professor-pesquisador. Três exemplos, dentre muitos que se poderiam citar: 1) os muitos pareceres emitidos são feitos diretamente, via eletrônica, com agências de fomento ou com revistas [...]; o preenchimento de planilhas de notas de avaliação dos alunos *online*; e 3) a apresentação do programa da disciplina *on-line*, por meio de formulários eletrônicos que “obrigam” o professor a apresentar com rigor seu objetivo e



estratégias para o curso que ministrará. (SILVA JR; SGUISSARDI; SILVA, 2010, p. 19-20).

A intensificação do trabalho docente na educação superior é resultado também da política do processo de privatização desse nível educacional. A crescente ampliação das matrículas em graduação, envolvendo a Educação à Distância (EaD), sem a correspondente elevação nas funções docentes aumenta a relação aluno-professor e, conseqüentemente, intensifica o trabalho.

Na Tabela 1, ainda que verifiquemos, no período 1997-2011, o crescimento de 116,8% nas funções docentes esse número é aquém da expansão das matrículas (246,4%), tal crescimento desproporcional não é especificidade do setor privado (que cresceu 318,6% nas matrículas e 168,0% nas funções docentes), visto que também no setor público as disparidades são alarmantes (enquanto as matrículas aumentaram 133,6%, as funções docentes cresceram 68,3%).

Tabela 1 – Matrículas em cursos de graduação e funções docentes, em exercício e afastada, por setor público e privado – Brasil (1997-2011)

Ano	Matrículas			Funções Docentes		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
1997			1.186.43	174.48		
	1.945.615	759.182	3	1	89.627	84.854
2011		1.773.31	4.966.37	378.25		
	6.739.689	5	4	7	150.815	227.442
(%)	246,4	133,6	318,6	116,8	68,3	168,0

Fonte: INEP (1998; 2012).

O processo desencadeado nas universidades federais, com o REUNI, com a expansão no número de matrículas e cursos de graduação, sem a correspondente contratação de docentes, também induz à intensificação do trabalho docente. Como consequência de tal política,

[...] os ritmos, os tempos, as condições de trabalho e as exigências paralelas, impostas aos trabalhadores, em meio às suas atividades principais, agravam a intensidade do trabalho. São processos que produzem desgaste físico e/ou mental e impactos das mais diferentes ordens sobre a saúde dos trabalhadores docentes. Com maiores conseqüências naqueles professores das universidades federais que atuam, também, na pós-graduação. (MEDEIROS, 2012, p. 12).



Para além das questões estritamente profissionais, vinculadas à execução de suas atividades, “a intensificação representa uma das formas tangíveis pelas quais os privilégios de trabalho dos trabalhadores educacionais são degradados” (APPLE, 1995, p.39).

4 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Estudos evidenciam que processo de privatização da educação superior brasileira amplia o espaço do trabalho docente precário. Tal quadro é característico nas instituições privadas, nas quais

[...] a exploração da força de trabalho é idêntica aos outros espaços de produção capitalista; em diversas ocasiões presenciamos situações que expressam esta realidade: a rigidez no cumprimento de horários, a sobrecarga de trabalho, a realização de atividades docentes não-remuneradas – como as orientações acadêmicas. Além da instabilidade nos empregos como ‘desabafam’ os colegas de trabalho: “*nosso e emprego é de seis meses, tem prazo de validade e nunca sabemos se será renovado ou não*”. (CARVALHO, 2009, p. 120-1).

Essa situação também é evidenciada nos dados estatísticos oficiais. Em 2011, o Censo da Educação Superior (INEP, 2012) registrou 217.834 funções docentes, em exercício, vinculadas às IPES, das quais apenas 25% eram contratadas tempo integral, enquanto 31,2% são contratados em tempo parcial e, a maioria, 43,8% eram professores horistas. Cabe ressaltar que outros estudos indicam, para além dessa contratação precária, há formas alternativas (como a contratação intermediada ou via cooperativas) que burlam os dados oficiais e mascaram a precarização do trabalho docente nas IPES.

Como indicam Bosi (2011) e Mancebo (2011) também os docentes das instituições superiores públicas são atingidos pelo fenômeno em questão. Há estudos que evidenciam que considerável parcela dos contratos de trabalhos nas instituições estaduais são similares aos praticados nas IPES (SILVA, 2005; TAVARES, 2011).

Por sua vez, Maués (2010), aponta que também nas instituições federais amplia-se a contratação temporária, aumenta-se o número de alunos em sala de aula de graduação e aviltam-se os salários. Além disso, também é crescente a “utilização de alunos de pós-graduação como professores substitutos, bolsitas, monitores, professores-tutores para a educação à distância, o que caracteriza uma flexibilização ímpar dos contratos de trabalho.” (MANCEBO, 2011, p. 75).



Ressaltamos que a discussão sobre a precarização do trabalho “não pode ser resumida a um processo exclusivamente *econômico* [...], mas tem implicações principalmente de natureza *social* [...], *cultural* e *política*” (BOSI, 2011, p. 54). Assim, é fundamental percebermos que a precarização, para além da relação contratual, está também associada à desvalorização social do papel exercido por este trabalhador. Assim, a exigência por maior produtividade, bem como as novas atribuições e tarefas acadêmicas determina uma rotina de trabalho que desvirtua a função pedagógica do trabalho docente.

Para Apple (1995, p. 42), “um dos impactos mais significativos da intensificação pode ser o de reduzir a qualidade, não a quantidade, do serviço fornecido ao público”.

5 CONCLUSÃO

Considerando os aspectos conceituais apresentados acima, salientamos que o trabalho docente passa por metamorfoses em função das mutações ocorridas no mundo do trabalho. Tais mutações se originam nas determinações políticas das instituições financeiras internacionais do capital, especialmente o Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A exigência por maior produtividade docente, o produtivismo acadêmico e as crescentes demandas impostas aos docentes, exigem maior envolvimento laboral desses trabalhadores. Em tal processo coadunam-se três fenômenos característicos do trabalho docente: o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. O enfrentamento aos prejuízos oriundos dessa realidade pressupõe a apreensão correta desses fenômenos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos**: *economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva; Tina Amado; Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.



BOSI, Antônio de Pádua. **A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos.** *Educ. Soc.*, Dez. 2007, vol.28, n.101, p.1503-1523. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 07.05.2010.

CARVALHO, Clarisse da Costa. **Serviço Social e privatização do ensino:** a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata Mineira. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação [Dissertação de Mestrado]. Juiz de Fora: Universidade Feral de Juiz de Fora, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo, 2008. 207p. (Coleção Mundo do Trabalho).

INEP. [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. *Censo da Educação Superior 1997 – 2011.* Brasília: INEP, 1998; 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 18.11.2012.

LÊDA, Denise Bessa. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29ª, 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: 2006. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 10.05.2010.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação:** organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

MAUÉS, Olgaíses. O trabalho docente no contexto das reformas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28ª,

2005, Caxambu. *Anais...* Caxambu: 2005. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 10.05.2010.

MEDEIROS, Luciene das Graças Miranda. REUNI: uma nova regulação para a expansão da educação superior pública ou um maior controle das universidades federais? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 35ª, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: 2012. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 25.03.2013.

RODRIGUEZ, Margarita V.; MARTINS, Liliane G. A. *As políticas de privatização e interiorização do ensino superior: Massificação ou democratização da educação brasileira.*

Revista de Educação, Valinhos (SP), v. 8, n. 8, p. 41-52, 2005. [Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/view/176/173>>



SGUISSARDI, Valdemar. *Pós-graduação (em Educação) no Brasil - Conformismo, neoprofissionalismo, heteronomia e competitividade*. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Org.). **Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. 1 ed. Campinas (SP): Alínea, 2008, p. 137-165.

SILVA JR. João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar; SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. *Universidade e Sociedade*, ano XIX, n. 45, jan. 2010, p. 9-25.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SILVA, Eduardo Pinto. *Carreira docente diante da atual configuração da pós-graduação: pragmatismo, intensificação e precarização do trabalho do professor*. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; MANCEBO, João Ferreira de Oliveira. (Org.). **Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2008, p. 56-76.

SILVA, Maria das Graças Martins da. **Trabalho docente na Pós-Graduação: a lógica da produtividade em questão**. 2008. 204f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2008.

SILVA, Solonildo Almeida da. **O caminho lato sensu da precarização do trabalho docente universitário na UECE**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UECE/CH/CESA/CMAPPS, 2005.

TAVARES, André Luis dos Santos. **A precarização do trabalho docente na educação superior: um estudo sobre a contratação temporária de docentes na Universidade do Estado do Pará**. Programa de Pós-graduação em Educação [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Pará. Belém: 2011.

VIEIRA, Francisco Giovanni David. Latindo atrás do lattes. Espaço Acadêmico [revista eletrônica], v. 7, n.73, jun. 2007. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/073/73vieira.htm>>. Acesso em: 03.02.2009.